



ANAIS

**IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

**IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)**

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O JESUS HISTÓRICO E PARTICULARIDADES DA FONTE BÍBLICA

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia (UFPR-PG) ¹

107

Resumo: Os relatos bíblicos do Novo Testamento narram Jesus como um ser divino, mestre de sabedoria e fazedor de vários milagres. O objetivo desse trabalho é analisar algumas possibilidades acerca do Jesus histórico, o homem, despidido das várias camadas de interpretações teológicas que o seguem, mesmo a partir da Bíblia. As metodologias abordadas na questão se referem ao tratamento do documento bíblico, como a crítica textual, canônica, das fontes, da redação e a atestação por múltipla fonte. O conceito teórico para analisar as subseqüentes reelaborações sobre Jesus conta com a designação de memória de Le Goff. O Novo Testamento, que possui passagens que fazem associações com o conteúdo da Bíblia hebraica (designada pelos cristãos como Antigo Testamento), é o principal documento utilizado para apreender elementos para tecer uma reflexão acerca do Jesus histórico, a figura em torno da qual se formou uma das maiores religiões do mundo. Mas, para isso, é preciso conhecer o documento bíblico e trabalhar com uma série de críticas a fim de verificar o que, de fato, pode-se conhecer de Jesus. A partir da atestação de múltiplas fontes é consenso que Jesus, de fato, foi um personagem histórico. Mas, para apreender elementos concretos sobre ele é preciso a aplicação de metodologias diversas, como o cruzamento com outras fontes e análises das narrativas à luz do que se conhece do contexto histórico.

Palavras-Chaves: Jesus Histórico; Bíblia.

INTRODUÇÃO

Na antiguidade, os escritos cristãos sofreram ataques de diversas correntes teológicas e ideológicas, entre elas, dos gnósticos e dos neoplatonistas. Antes do fechamento do cânon, Porfírio de Tiro (ca.234 d.C.– 305 d.C.), um filósofo neoplatonista, por exemplo, afirma que

Os evangelistas são os inventores, e não historiadores, sobre as coisas que eles dizem acerca de Jesus [...] as genealogias de Mateus e Lucas estão em desacordo uns com os outros; as profecias dos Evangelhos não se tornaram realidade. Em particular, a história da Paixão de Jesus nos quatro evangelistas é cheia de contradições. [...] Se vocês não foram capazes de dizer realmente como ele morreu, e não fizeram isso em forma de poesia, também no resto não há nada digno de confiança" (fi. I5) Nem os cristãos podem pensar em salvar o valor dessas contas usando alegoria, como Orígenes ensina. (PORFÍRIO *apud* JOSSA, 1997, p.189-192, *passim*, tradução nossa²)

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UEL), Licenciada em História (UEM), Doutoranda pela UFPR bolsista Capes. E-mail de contato: nathybel@hotmail.com

² Original: "«Gli evangelisti sono gli inventori, non gli storici, delle cose che dicono di Gesù» (fr.I5). [...] le genealogie di Matteo e di Luca sono in contrasto tra loro; le profezie dei Vangeli non si sono avverate. In particolare il racconto della passione di Gesù nei quattro evangelisti è pieno di contraddizioni. «Ma se non erano capaci di dire veramente in che modo era morto e non hanno fatto che della poesia, anche sul resto non hanno raccontato nulla che meriti fiducia» (fi. I5). Né i cristiani possono pensare di salvare il valore di questi racconti ricorrendo In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

Desse extrato, podemos retirar a importância que era dada à forma no início do século IV (conforme citado acima): a poesia, que se colocaria como um gênero superior, está ausente no Novo Testamento e o apontamento de que os Evangelistas não eram historiadores, mas criadores e “inventores” daquilo que teria feito Jesus haja visto as incoerências e contradições entre os próprios livros do Novo Testamento (informações que, segundo Porfírio, nem mesmo a interpretação alegórica poderia remediar).

Se os relatos não se acordavam e não havia dados concretos que corroborassem com as asserções propostas pelos evangelistas, críticas como a de Porfírio não são inesperadas. Jesus é o pilar dos escritos que posteriormente foram designados Novo Testamento. A formação da nova religião ocorreu com as narrativas sobre Jesus, sua crucificação, morte e ressurreição.

Os relatos que envolvem Jesus não foram escritos por ele e, boa parte, tampouco por aqueles que conviveram com ele. Tal como a Bíblia hebraica, a construção do Novo Testamento cristão (que passou a ser designado “novo” em virtude do cumprimento da previsão da “nova aliança” na Bíblia hebraica, considerada depois o “Antigo Testamento”) advém de uma tradição oral, transcrita posteriormente, o que deixa margem a muitas perguntas que levam a respostas incertas sobre a historicidade ou ficcionalidade das narrativas. Por exemplo,

[...] certo número de estudiosos considera ficção muito do que Marcos narra. Para alguns, a narrativa da paixão é fictícia, totalmente criada com base em reflexões sobre o AT. Outros tantos consideram Jesus um mestre de sabedoria, de modo que as narrativas de milagres e da ressurreição eram criações propagandistas visando colocar Jesus à altura de concorrer com outras figuras taumaturgas. Alguns pensam que Jesus era um mágico que curava de diversos modos, e o ensinamento de sabedoria foi uma invenção a fim de torná-lo respeitável. (BROWN, 2004, p.177)

Nas discussões aqui presentes, primeiramente serão apresentadas diversas críticas (métodos) de trabalho com a Bíblia, as quais são as principais vias de acesso para despir os relatos bíblicos de suas cargas teológicas, situá-los em um contexto de produção e depreender análises e o conceito de memória de Le Goff, o qual muitos estudiosos recorrem ao se tratar desse documento. Por fim, será apresentada algumas nuances bastante gerais acerca da possibilidade de análise do Jesus Históricos trazidas principalmente pela obra de André Chevitarese.

Tomando a Bíblia cristã (Novo Testamento) como fonte, o principal objetivo desse trabalho é analisar algumas possibilidades de análise do do Jesus histórico, o homem, despido das várias camadas de interpretações teológicas que o seguem, focando-se principalmente nos métodos (críticas) que podem ser feitas para alcançar esse fim no trato com o documento

bíblico.

Por fim, tem-se o intento de demonstrar que, posteriormente, cruzando essa documentação com fontes diversas, como a arqueologia, é possível obter mais informações sobre o "Jesus histórico", o homem além da religião.

DISCUSSÃO

Segundo Raymond Brown (2004), a pode-se trabalhar com a fonte bíblica por meio de algumas das críticas, que são metodologias de trabalho com esse documento. Dentre as críticas, pode se citar a crítica textual, a crítica histórica, a crítica das fontes, a crítica das formas, a crítica da redação, a canônica, a crítica narrativa, a crítica social, a crítica retórica e a crítica textual, as quais serão explicitadas abaixo.

Mesmo que a Bíblia cristã e hebraica tenham sido escritas e institucionalizadas em épocas diversas (havendo uma convergência em determinado período no século I d.C., devido à assimilação do Pentateuco aos escritos cristãos – denominado “Antigo Testamento”, assunto que será tratado posteriormente), ambas advêm de uma tradição que utilizava como meio de difusão as cópias manuscritas, que apresentaram, posteriormente, divergências, dados que não se acordavam, palavras que mudavam determinada interpretação devido a erros de copistas ou adaptações nas traduções para outros idiomas. Verificar essas mudanças é tarefa da crítica textual.

A crítica histórica, segundo Raymond Brown (2004, p.76), não é a busca da veracidade de um fato, mas a busca de um sentido literal, do que o autor “realmente” queria dizer, pois, por vezes, para discernir este sentido é preciso conhecer a língua antiga, os costumes etc.

Por exemplo, em Mc 7,11.-12, Jesus diz: "Se alguém disser a seu pai ou a sua mãe: os bens com que eu poderia te ajudar são: *Corban*, isto é, oferta sagrada - vós não o deixareis fazer mais nada por seu pai e por sua mãe". De que costume se trata? Qual a lógica que estava por trás? Por que o assunto era significativo para os leitores aos quais Marcos se dirigia? (BROWN, 2004, p.77)

Já a crítica das fontes, se aplica em tentar reconhecer quem foram os escritores dos documentos bíblicos e de onde eles retiravam suas informações. Dado que ambos os documentos teriam advindo de uma tradição oral antes de serem registrados por escrito, há uma alta probabilidade de quem fez este registro não ter sido uma testemunha ocular daquilo que escreveu, de forma que, Brown (2004, p.77) questiona: “é possível uma reconstrução de fontes,

uma vez que não foram conservadas? No caso do Novo Testamento, um evangelista teria utilizado o outro evangelho já escrito como base? Em caso de resposta afirmativa, qual foi a ordem da dependência?”.

A crítica das formas pode auxiliar a identificar gêneros literários, como prosa, poesia, mitos, sagas, história, biografia etc. No entanto, Brown adianta que o diagnóstico da forma pouco pode auxiliar na compreensão da historicidade do texto. Já Sellin³ (2007, p.40), parte do pressuposto de que as formas e os gêneros literários tinham, na antiguidade, uma fisionomia muito mais precisa que obedeciam a certo esquema de construção de gêneros e formas literários correntes em Israel. Portanto, essas análises tornariam possível “extrair conclusões, levar em conta o falar e cantares vivos do povo e acompanhar a história primitiva das formas de expressão, recuando até épocas remotíssimas e, de novo, a partir daí explicar as particularidades dos textos veterotestamentários” (SELLIN, 2007, p.40). Cada gênero, portanto, poderia ter características de um período específico.

A crítica da redação, ou crítica literária, dos autores, recai sobre como redatores elaboraram ou compilaram o material por escrito dos quais dispunham, utilizando outros evangelhos (no caso do Novo Testamento) na elaboração de um outro ou editando (fazendo-lhes acréscimos advindos de outras fontes), ou, a “inclusão de componentes individuais (história de milagres, parábolas etc) no produto final (o evangelho como um todo) [que] modifica drasticamente o significado daqueles” (BROWN, 2004, p.78). Já a crítica canônica considera a abordagem dos livros como um todo, a partir da contraposição de que cada livro tem sua própria integridade, e só se tornou “Escritura Sagrada” posteriormente, e assim adquiriu novos significados. A crítica narrativa

distingue o autor real (a pessoa que realmente escreveu) do autor implícito (aquele que pode ser inferido na narrativa) e o público real (aqueles que, no século I, deveras leram/ouviam o que foi escrito, ou mesmo aqueles que lêem hoje) do público implícito (aqueles a quem o autor se dirige ao escrever). (BROWN, 2004, p.82)

A crítica retórica, ligada à crítica narrativa,

é uma abordagem que analisa as estratégias usadas para tornar eficaz aquilo que foi narrado (por exemplo, a descoberta de material adequado para ser narrado; a disposição orgânica desse material; a escolha das palavras apropriadas) [...] Tanto a crítica narrativa quanto a retórica levam seriamente em conta os evangelhos como literatura. Antigamente, em comparação com os grandes escritos clássicos greco-romanos, os evangelhos eram considerados produções literárias “menores” (Kleinliteratur) de tipo popular. (BROWN, 2004, p.83)

A crítica social, por sua vez, é fundamental para o estudo histórico na medida em

³ Ernst Sellin (1867-1946) e Georg Fohrer (1915-2002) foram teólogos e pesquisadores do Antigo Testamento. In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

que toma o texto como reflexo e resposta a determinados contextos sociais e cultural nos quais fora produzido. O escrito, dessa maneira, daria acesso à grupos diversos, com diferentes posturas que produziam e modelavam o texto a fim de expressar as suas próprias preocupações. No entanto, segundo Sellin, a

multiplicidade dos métodos atuais de pesquisa e dos processos de compreensão podem parecer desconcertante. Daí é que se explica talvez a facilidade com que os estudiosos se dedicam a um determinado método, com exclusão dos demais. (SELLIN, 2007, p.44)

Vários podem ser os resultados do estudo de um objeto bíblico considerando as várias abordagens que podem ser feitas.

A distância temporal dos escritos em relação a quando Jesus de fato viveu impediria de distinguir o que dele pertenceria à tradição ou à história. Ou, mesmo se excetuássemos esse fato e tentássemos retirar alguma essência das narrativas, poderíamos seguir por caminhos distintos, que não levariam a conclusões definitivas.

Uma biografia de Jesus, tal como proposta por Brown (2004, p.78), não seria possível, dado que as narrativas não contemplam dados importantes, como as datas exatas do nascimento e da morte; detalhes sobre seus pais e sua família; como cresceu, onde trabalhou, como começou a pregar, preferências de comida etc. Fazer uma tentativa de um retrato do “Jesus histórico”, de acordo com Brown (2004, p.178-179), se baseando na leitura daquilo que “jaz” sob a superfície do evangelho, “despido de todas as interpretações, alargamentos e desenvolvimentos que possam ter acontecido dos trinta aos setenta anos que separaram o ministério público e a morte de Cristo dos evangelhos escritos”, também pode ser problemática na medida em que, se forem alterados os métodos exegéticos para tal feito, o resultado poderá alterar substancialmente.

O retrato de Jesus feito no Novo Testamento provém de “um arranjo altamente seletivo, feito pelo evangelista, do material sobre Jesus a fim de suscitar e fortalecer a fé que conduziria as pessoas para mais perto de Deus.” (BROWN, 2005, p.179). Ou seja, o evangelista incluía informações que julgava úteis ao seu objetivo e às necessidades do público destinatário, o que poderia afetar o conteúdo e a apresentação do texto (por esse mesmo motivo, pois, evangelhos escritos por diferentes pessoas para públicos diferentes não de ser diferentes). Conforme ainda afirma Brown,

os evangelhos podem ser considerados falsos se o propósito era oferecer descrição rigorosa ou biografia exata; mas, se a intenção era conduzir os leitores/ouvintes a uma fé em Jesus que os abrisse ao senhorio ou reino de Deus, as adaptações que tomam os evangelhos menos literais (acréscimo da dimensão da fé, adaptação a novos públicos) foram feitas precisamente para facilitar tal intento e, portanto, tornar os evangelhos verdadeiros. (BROWN, 2004, p.185)

Ou seja, dentro da doutrina da fé os evangelhos podem se constituir como “verdades”, mas, sob a ótica histórica, não é possível atestar com certeza (sem cair em afirmações hipotéticas) a veracidade dos relatos sobre Jesus no Novo Testamento, dada a problemática da construção de um Jesus histórico, conforme foi exposto acima.

Devido à dificuldade em encontrar relações diretas nas fontes mais antigas sobre Jesus (desconsiderando, como regra geral, as fontes que foram escritas mais de um século após sua morte), os poucos documentos que poderiam ser relacionados, são fragmentados e produzem referências indiretas, que auxiliam no entendimento da sociedade à época de Jesus (como os manuscritos do Mar Morto), mas não uma elucidação sobre a veracidade das narrativas bíblicas. Em virtude das nuances e variadas possibilidades de trabalho com a Bíblia, muitos historiadores preferem tratar suas narrativas como memória.

Para Le Goff, a memória tem “como propriedade de conservar certas informações, [que] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p.424).

Desde os primeiros séculos de nossa era, o homem vem, por exemplo, se apropriando da memória dos eventos da paixão de Cristo (Última Ceia, Crucificação e ressurreição) e atualizando-a anualmente, através da celebração da Páscoa (e cotidianamente, na vida litúrgica, pela eucaristia). Em suma, essa memória está imersa em uma tradição que foi incorporada e modificada desde o século I d.C., de um documento (o Novo Testamento) que contempla outros, cada um com sua historicidade e especificidade próprias, composto por cartas, visando a manutenção eclesial de uma comunidade na falta do apóstolo, por Evangelhos, que eram direcionados a uma comunidade específica, além de escritos pertencentes a outros gêneros literários, como o livro de Atos e o Apocalipse.

O Novo Testamento, que é fruto dessa múltipla construção, abarca a memória a que atualmente se reportam milhões de pessoas nas diversas celebrações litúrgicas e rotinas religiosas cristãs, da qual faz parte Jesus, cujos relatos sobre morte, crucificação e ressurreição, segundo os sinóticos, João e I Coríntios, originaram uma nova religião independente da judaica.

CONCLUSÃO

Até o século XVII, Jesus não era estudado como um personagem histórico. Autores céticos como Schweitzer (2003, p. 13) afirmam que os evangelhos não refletiriam a vida de Jesus por não seguir nenhuma ordem específica sobre lembranças e milagres. Mas, em um

contexto pós-iluminismo, segundo Chevitarese (2012, p. 40-41) existiu uma “primeira busca pelo Jesus histórico”, que o consideravam um mito, ou tentavam analisa-lo sob uma ótica mais racional, colocando suas curas, por exemplo, como resultado de uso de técnicas terapêuticas. Por outro lado, as pesquisas se aqueceram também em um contexto pós-guerra, onde se intencionava contrapor-se à imagem fortalecida pelos alemães de que Jesus não era judeus, e estes foram responsáveis por sua morte.

No âmbito da historiografia, falar sobre Jesus não necessariamente precisa partir dos pressupostos religiosos. De forma geral, a obra *Jesus histórico: uma brevíssima introdução*, escrito por André Chevitarese e Pedro Paulo A. Funari, como Jesus de Nazaré, um homem que viveu no primeiro século de nossa era, pode ser analisado historicamente, ou seja, abranger a vida, o Jesus homem cruzando análises do Novo Testamento com arqueologia e outros documentos. Por meio da arqueologia, por exemplo, é possível traçar, a partir dos mosaicos e afrescos romanos, o biótipo de judeus e sírios que viviam no mesmo ambiente, sendo possível ver que a tendência maior é de Jesus ter cabelos pretos e pele queimada devido ao sol da região.

Mas, a busca de um "Jesus histórico" não trata da busca da veracidade dos fatos, mas a apreensão de alguns aspectos da memória que jazem sobre a narrativa e as representações produzidas considerando também os pressupostos religiosos em uma análise interdisciplinar.

Por meio do trabalho com as críticas já citadas nesse trabalho, houve a intenção de alguns historiadores e exegetas de isolar, por exemplo, um núcleo básico dos ditos e feitos de Jesus, que é diverso das camadas teológicas que receberam posteriormente. Houve a busca por um “Jesus real” que viveu no primeiro século. Ademais, para Chevitarese e Funari (2012, p.13), a memória é seletiva, sujeita a rememorar apenas determinados momentos da vida em detrimento à outros, mecanismos estes que os seguidores de Jesus registravam ou suprimiram certos episódios ou ditos de Cristo.

Esses documentos apoiam algumas narrativas bíblicas, como por exemplo a crucificação, na qual um condenado era pregado em uma cruz de madeira (CHEVITARESE, 2012, p.18). Sendo Jesus um constante opositor das autoridades judaicas, é coerente que tenha sido preso como perversor político, cuja condenação é a morte na cruz.

Sobre a vida de Jesus, um ponto interessante a ressaltar é a conclusão dos autores sobre sua atuação como pregador. Ele não usava de abstinência (aspectos apropriados posteriormente principalmente por ascetas cristãos), mas consumia carne e bebidas fermentadas, como o vinho, que constam em diversas narrativas bíblicas. Seus ensinamentos se relacionavam com as camadas sociais mais baixas por meio de discursos simples e diretos, apesar de serem registradas várias parábolas figurativas mais complexas. A narrativa

posteriores dos seus milagres poderia ter apelo popular na sociedade antiga, onde o mágico e miraculoso eram plausíveis, embora houvesse reticências das autoridades judaicas, os saduceus, fariseus e essênios (CHEVITARESE, 2012, p. 32).

O objetivo desse trabalho era geral e introdutório, mas, por meio dessa exposição, conclui-se que é possível relacionar documentos de diversas origens às análises bíblicas, principal fonte para o conhecimento de informações de Jesus, ainda que sejam escritos tardios, datando de duas ou três gerações à sua morte. A partir desses documentos, com as críticas e metodologia específica e o cruzamento de informações de novas descobertas arqueológicas, torna-se cada vez mais viável a análise de um Jesus histórico, despedido de toda a interpretação teológica que lhe fora atribuída pelos evangelistas.

REFERÊNCIAS

- BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CHEVITARESE, A. FUNARI, P.P. A. **Jesus histórico: uma brevíssima introdução**. Rio de Janeiro: Klínē, 2012.
- JOSSA, Giorgio. **Il cristianesimo antico. Dalle origini al Concilio di Nicea**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.
- LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: IOE, 2002.
- SCHWEITZER, Albert. **A busca do Jesus histórico**. São Paulo: Novo Século, 2003.
- SELLIN, E., FOHRER, G. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Acadêmia Cristã, 2007.

* * * * *